

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Silvia Adriana Goulart Fernandes

GESTÃO DEMOCRÁTICA: REVENDO PRINCÍPIOS E
MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Porto Alegre

2015

Silvia Adriana Goulart Fernandes

GESTÃO DEMOCRÁTICA: REVENDO PRINCÍPIOS E
MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientador(a): Prof^a Dr^a Jaira Coelho Moraes

Porto Alegre

2015

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, pela minha família, a meu marido Fausto, a minha filha Eluzai, meu filho Micael pela compreensão, apoio que me deram durante todo o curso compreendendo que estou em busca de maior conhecimento e formação profissional. E ainda ao meu filho Jediael e a minha mãe Zulma, que mesmo distantes torceram pelo meu sucesso.

Sou grata a algumas colegas de trabalho que me apoiaram nessa jornada.

A todos os professores do curso.

À professora Dra. Jaira Coelho Moraes, um agradecimento especial pela paciência, compreensão, dedicação e ensinamentos, que ressoou significativamente na minha vida profissional. À Maria Beatriz Andrade cujo apoio não existe palavras para descrever.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão vincula-se ao Curso de Especialização em Gestão Escolar no âmbito do Programa Escola Nacional de Gestores da Educação Básica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Trata de uma análise das ações de um Projeto de Intervenção sobre as práticas indispensáveis para a promoção da permanência do aluno na escola e a participação da comunidade escolar. O projeto foi implementado no primeiro semestre de 2015 em uma Escola Pública Estadual de Porto Alegre. O objetivo principal era aumentar a participação de todos os segmentos envolvidos no processo educativo, melhorando o processo de ensino aprendizagem e o convívio no espaço escolar. Cury (2007), Paro (2011) e Veiga (2004) são alguns dos autores que contribuíram para as análises. A pesquisa de natureza qualitativa caracterizada como Pesquisa-Ação apresentou resultados que serviram para uma reflexão sobre a realidade que vive a escola em meio às dificuldades na estrutura organizacional. As ações tiveram início com um projeto de leitura com alunos do 1º ao 4º ano, no turno da tarde e um Projeto: Escola da paz: querendo a gente faz, com o turno da manhã. Também foi criada uma página para a escola em uma rede social como meio de comunicação com pais, alunos e professores. As ações proporcionaram um aumento significativo na participação dos alunos e pais.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Participação; Pesquisa-Ação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA.....	6
2 O DIREITO À EDUCAÇÃO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA	10
2.1 A BUSCA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA.....	12
2.2 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	15
2.1.1 Conselho Escolar.....	16
2.1.2 Círculo de Pais e Mestres	17
2.1.3 Grêmio Estudantil.....	18
2.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIMENSÕES POLÍTICA E TÉCNICA	19
3 BASE METODOLÓGICA: A Pesquisa-ação.....	22
4 AÇÕES ANALISADAS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA	24
4.1 QUESTIONÁRIO	25
4.2 PALESTRAS	26
4.3 PROJETOS	28
4.4 GAME	29
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	30
REFERÊNCIAS	32

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata da realidade de uma escola pública estadual de Porto Alegre, cujo objetivo principal foi aumentar a participação de todos os segmentos envolvidos no processo educativo, melhorando o processo de ensino aprendizagem e o convívio no espaço escolar.

Em vinte e um anos trabalhando na mesma escola, muito me angustiava ver situações de conflitos serem resolvidas com a transferência do “aluno problema” para outra escola. Hoje, tendo a oportunidade de participar da direção como vice-diretora e realizando o curso de Gestão Escolar, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vi a possibilidade de encontrar alternativas para resolver esses conflitos. Nesse sentido foi necessária a mobilização de alguns segmentos.

Um dos problemas que a escola enfrenta é a situação de violência, agressão e depredação do patrimônio público no seu dia a dia. A indisciplina está latente e temos perdido espaço para a mídia e redes sociais. Sem contar os que se perdem na criminalidade. É urgente transformar o espaço escolar. Precisamos nos atualizar e, muitas vezes, deixar de lado um conteúdo pragmático para ter um olhar diferenciado sobre a turma e sobre cada aluno. A partir da constatação destes problemas pensei que a participação coletiva seria fundamental para sanar estes problemas e passei a planejar algumas ações que pudessem envolver professores, alunos e as famílias.

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A escola está localizada em uma zona urbana de Porto Alegre, em um terreno doado por um empresário da região. O primeiro prédio foi fundado em 1982 e o segundo, no ano de 1984. É uma escola pública estadual. Já chegou a atender mais de 400 alunos, mas atualmente, atende apenas 218 alunos do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental de 09 anos, nos turnos manhã e tarde. É toda cercada por muros altos e tem dois prédios e mais duas salas separadas do prédio. O pátio é enorme, sendo uma parte calçada e outra com grama e arbustos que são cortados regularmente. Há muitas árvores e um jardim feito com pneus.

A escola atende alunos de 06 aos 17 anos. Os alunos residem em vilas próximas à escola. Na sua maioria, sofrem com demandas socioeconômicas. Grande parte dos pais trabalha fora, ficando o dia todo longe dos filhos. Algumas mães trabalham com faxinas ou não trabalham. É um público carente onde alguns estão em situação de vulnerabilidade; utilizam linguagem popular e em relação à escola são ausentes. Os alunos buscam na escola, afetividade e alimentação, tendo na base familiar muitas carências, o que caracteriza um enorme desafio para os profissionais da educação.

No entorno da escola, encontra-se mercados, lojas, restaurantes, academia, escola de educação infantil, madeireiras e condomínios fechados. A rua que passa em frente a escola é asfaltada e bastante movimentada. Apesar do semáforo que foi instalado, nem todos os motoristas respeitam a sinalização e não há quem cuide da travessia das crianças. Em um dos lados da escola, há muitas árvores e arbustos. Esse local é usado como travessia pelos alunos e comunidade. Um lugar onde ocorrem muitos assaltos e por isso, em caso de necessidade, se evita liberar os alunos sem a presença de um responsável.

Em relação à equipe diretiva é atualmente formada por três pessoas, a diretora e duas vices, sendo uma para cada turno. A diretora é formada em Estudos Sociais, está na direção há mais de 20 anos. A vice-diretora substituta legal também está o mesmo tempo no cargo substituindo a diretora. Trabalha nos dois turnos. É formada em Letras. Eu, vice do turno da tarde, sou formada em pedagogia e pela manhã atuo na secretaria da escola. Estou nesta função de vice-diretora desde 15 de maio de 2013.

No turno da manhã, funciona um 5º ano e as turmas do Ensino Fundamental Séries Finais, do 6º ao 9º ano. No turno da tarde, temos as turmas do Ensino Fundamental Séries Iniciais, do 1º ao 4º ano.

Os professores, num total de 17, todos com formação Superior, desenvolvem suas disciplinas de forma independente. Não há uma interdisciplinaridade. Observo pouca motivação por parte de alguns professores devido à falta de valorização do magistério, o que dificulta a implementação de projetos ou até mesmo a revisão de conteúdos a serem trabalhados. Cabe ressaltar, ainda, que diante da crise financeira do país e do Estado, aumenta o número de profissionais insatisfeitos com salários. Tal insatisfação se reflete na atuação em sala de aula. Embora a falta de motivação seja bem mais antiga do que a crise atual.

A bibliotecária é formada em Estudos Sociais e atua apenas no turno da manhã. Sempre procurou desenvolver atividades para os alunos, porém sem muito apoio, tais

atividades passaram despercebidas. Cuida com responsabilidade do acervo bibliográfico. No turno da tarde não há quem atenda a biblioteca, mas os professores podem utilizá-la com seus alunos, embora seja mais utilizada para a transmissão de filmes. O pouco estímulo para a prática de leitura na escola e nas famílias fez com que buscasse desenvolver um projeto de leitura que está em andamento. A sala de informática é pouca utilizada pelos professores porque a maioria dos computadores não funciona. Mesmo assim, dois professores do turno da manhã utilizam para pesquisas e um ou outro do turno da tarde, utilizam com jogos da internet.

Também, contamos com um Policial Militar que reside no pátio da escola que garante a segurança durante a noite. Não temos monitor por isso, durante o período do recreio, criamos um rodízio entre os professores, direção e orientação para observar o recreio na tentativa de diminuir brigas e depredações. Embora nem todos apoiem a ideia, todos cumprem a tabela. No turno da tarde, além do rodízio, os alunos têm acesso à sala de informática para que possam brincar; jogo de Fla-Flu; mesa de pingue-pongue, bolas e cordas.

Outra característica desta escola é o como foram se constituindo os instrumentos legais da escola. Por exemplo, o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Regimento foram embasados no modelo de outra gestão e, portanto, não foram construídos pela comunidade escolar. Como afirma Gadotti “O Projeto Político Pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade, e cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais.” (1998 p.16).

O Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres da escola são acionados apenas para assinar as prestações de contas ou quando surge algum problema muito grave na escola deixando de exercer seu papel decisivo na democratização da educação e da escola. O Conselho Escolar é um importante espaço no processo de democratização, na medida em que reúne diretores, professores, funcionários, alunos, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico, que deve ser visto, debatido e analisado dentro do contexto em que se vive.

A Lei de Diretrizes e Bases é mais precisa nesse sentido, no seu artigo 14, quando afirma que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica de acordo com suas peculiaridades, conforme os seguintes princípios:

- I- participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola;
- II- participação das comunidades escolar e local em conselhos ou equivalentes.

As reuniões pedagógicas e de unicência e reuniões com os pais também não vêm sendo realizadas como deveriam. Algumas atividades que precisam da participação de “todos”, não se concretizam ficando apenas a vice-diretora ou a diretora no comando. Isso sem dúvida causa um acúmulo de serviços que acaba prejudicando a qualidade do trabalho e diminui as possibilidades de uma gestão democrática.

Diante desta realidade estamos atualmente num processo de reconstrução da vida da escola. Neste sentido, o projeto de intervenção teve a intenção de semear algumas das condições para que ela seja transformada num ambiente favorável ao desenvolvimento pleno dos cidadãos. Uma das formas de dar início a esta mudança seria a comunicação interna, uma ferramenta de grande importância para a construção de uma organização sólida e de sucesso. Ela estabelece o equilíbrio e harmonia dentro da escola, criando um ambiente inteiramente favorável ao trabalho.

Cabe ressaltar que sou vice-diretora do turno da tarde. Estou estudando e aguardando a oportunidade para assumir a direção da escola, mas isso ainda não está definido. Esta situação não definida realmente prejudicou muito para que tudo que foi planejado pudesse ser colocado em prática. A ausência de seriedade no processo eleitoral desse ano impossibilitou a verdadeira democracia. Porém, posso dizer que algumas sementes foram lançadas. Cabe dar continuidade na próxima gestão.

2 O DIREITO À EDUCAÇÃO E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A educação de qualidade é um direito fundamental de todas as pessoas, considerando que a escola não é somente um espaço de transmissão da cultura e de socialização, mas, também, um espaço de construção de identidade.

O reconhecimento de que a escola atende alunos diferentes uns dos outros possibilita a construção de estratégias educativas capazes de promover a igualdade de oportunidades. É direito das famílias ter acesso a informações que lhes permitam opinar e tomar decisões sobre a educação de seus filhos e exercer seus direitos e responsabilidades. Neste sentido, o sistema de educação, por meio das escolas, é parte indispensável da rede de proteção integral que visa assegurar outros direitos das crianças e adolescentes.

Na definição de Cury (2007), a educação é direito do cidadão e dever do Estado. Para isso, entretanto, não só é necessária a criação de leis para garantir que tais direitos sejam cumpridos ou respeitados, como fazer com que estes direitos sejam colocados em prática nos mais diversos espaços educacionais. Não há país no mundo que não garanta, através de Leis, os direitos de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação.

A educação é a base para tudo: cidadania, participação social, profissionalização, etc. No Brasil, esse direito a educação é garantido através da Constituição Federal de 1988, no artigo 205 que diz “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Cury (2007) salienta que no artigo 6º da mesma constituição, o direito a educação aparece como o primeiro direito social.

A educação escolar é um bem público sendo gratuita, garantindo cidadania e qualificação para o trabalho. Através de instrumentos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e demais pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação é dada sustentação a esses direitos. Por ser um direito reconhecido por lei, é preciso que seja reconhecido dentro das escolas e pelos seus gestores. Principalmente num país de desigualdades como o Brasil. Neste sentido o gestor tem que ser capaz de fazer valer efetivamente o direito à educação, cuja função social deve ser de

diminuir as desigualdades. É necessário superar séculos de uma herança vergonhosa, onde predominavam o preconceito, a discriminação racial, entre outros.

Para Ferraro (2008), os pais ou o responsável são os principais agentes da efetividade do direito à Educação. Cabe-lhes não só a efetivação da matrícula, mas também o controle da efetividade. Eles têm plena legitimidade ativa, tanto na esfera administrativa como em juízo. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê medidas severas em caso de omissão ou negligência.

Quanto ao acesso à escola, trata-se de colaborar com o que está colocado na Lei de Diretrizes e Bases, no art.5º, I e II, e se responsabilizar, no mesmo artigo com o inciso III: “I – recensear a população em idade escolar para o ensino fundamental, e os jovens e adultos que a ele não tiveram acesso; II – fazer-lhes a chamada pública; [...]” (BRASIL, 1996). O inciso III está diretamente ligado aos gestores e na escola, pois se trata de: “[...] III – zelar, juntos aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola”. O gestor deve estar atento à LDB e ao Estatuto da Criança e Adolescente no sentido de assegurar a permanência do aluno na escola, comunicando à família e aos órgãos competentes, casos de infrequência escolar.

Não é suficiente apenas o ingresso na escola. A permanência tem que ser garantida através de critérios externos e internos do ato pedagógico. Quanto a esses critérios, estão o financiamento da educação, a garantia do material didático escolar, do livro didático, da merenda, do transporte, além da elaboração de regimentos internos e a interação com as famílias. Os pais têm obrigação de matricular seus filhos nas redes de ensino, e a escola tem a responsabilidade de participar dessa relação.

Ainda, a respeito da permanência do aluno na escola, cabe também ao gestor organizar os recursos materiais e didáticos necessários para o bom funcionamento da instituição, garantindo uma educação prazerosa e de qualidade. A administração dos recursos financeiros, neste sentido, exige muita responsabilidade e transparência.

Nessa busca pela permanência e por uma educação de qualidade, não se pode deixar de fora o trabalho indispensável do professor. É ele que trabalha diretamente com o aluno, e uma das suas obrigações é elaborar um projeto pedagógico que contemple as reais necessidades da sua turma. Não basta a preocupação com conteúdos isolados; é preciso planejar atividades diversificadas para melhor atendê-los.

Em relação ao Ensino Fundamental, alguns pontos precisam ser considerados, nas palavras de Paro (2011):

- 1) busca de uma possível direção colegiada da escola, com vistas à distribuição democrática do poder;
- 2) configuração de uma estrutura didática em conformidade com os mais recentes avanços e contribuições das ciências com relação ao desenvolvimento da criança e do adolescente;
- 3) redimensionamento do currículo escolar de modo a abarcar a cultura em suas múltiplas dimensões para dar conta da formação integral da personalidade dos educandos;
- 4) atenção e cuidado para com o trabalho docente, pelo oferecimento das condições exigidas pela natureza do trabalho pedagógico e pela implementação de formas coletivas de planejamento execução e avaliação desse trabalho;
- 5) afirmação da autonomia do educando para aprender e dimensionamento da consequente autonomia que se lhe deve proporcionar para participar das tomadas de decisões escolares;
- 6) implementação de medidas que tornem possível e estimulem a efetiva integração da comunidade à escola pública. (PARO, 2011, 144)

É preciso ressaltar que tais pontos estão intimamente ligados entre si e um depende do outro para uma gestão democrática eficaz. É garantido por lei o acesso e permanência na escola de forma gratuita. Se buscarmos uma sociedade mais justa e igualitária, com a garantia dos direitos humanos para que se tenha uma cidadania plena, conseqüentemente teremos uma gestão democrática que contemple a participação de todos.

Acesso e permanência caminham para uma educação de **qualidade**, através da participação de todos na elaboração do Projeto Político Pedagógico e de uma gestão democrática. O diálogo é primordial, o respeito entre as pessoas, um currículo pensado no aluno e na sua formação integral. A interação entre escola e família é fundamental para garantir um ensino aprendizagem de qualidade. A educação é um instrumento e diminuição das discriminações e valorização da diversidade, por esse motivo, o Estado, a escola, a família e a sociedade são chamadas a contribuir para este objetivo.

2.1 A BUSCA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA

Conforme o relato de Paro (2011), a partir dos anos 80 houve um aumento na busca pela democratização da escola pública no que diz respeito às relações que envolvem a organização e seu funcionamento efetivo. Trata-se de dividir o poder entre todos os segmentos da comunidade escolar proporcionando a participação coletiva nas tomadas de decisões.

A escolha democrática dos dirigentes através da eleição de diretores tem se firmado como a melhor forma de escolha, diante de imposições do Estado, ou escolhas antes apenas

políticas. Mas, apenas eleição de diretores não garante uma gestão democrática, nem tão pouca uma boa gestão. Falta formação e avaliação para os eleitos. Principalmente aqueles que perpetuam mandatos longos.

Cabe salientar que a participação da comunidade escolar na gestão da escola deve ser considerada como prática social, portanto um processo que em seu curso encontra obstáculos e conflitos, assim, como evidencia potencialidades significativas de aprendizagem e cidadania. Como trata Paro (2011), a participação na gestão da escola está sob dois determinantes: aqueles que têm origem na própria dinâmica interna da escola e aqueles que são produzidos por fatores externos à escola. Como o autor explica, são determinantes internos:

a. Condicionantes materiais: estão relacionados com as condições objetivas de trabalho e de relações presentes nas escolas;

b. Condicionantes institucionais: estão vinculados a aspectos da organização formal da escola – hierarquias, formas de provimento de cargo de direção, existência de mecanismos de participação coletiva como os conselhos de escola, grêmios, etc.

c. Condicionantes político-sociais: esses devem reconhecer a legitimidade da diversidade de interesses dos grupos que compõem o coletivo da escola;

d. Condicionantes ideológicos: a participação é uma prática social, portanto ela é mediada por concepções, crenças, sedimentadas historicamente na personalidade de cada pessoa e que movem suas práticas e comportamentos no relacionamento com os outros.

(PARO, 2011, p.40)

E como determinantes externos, o autor distingue:

a. Condições objetivas de vida da população: pode dificultar a participação das famílias na escola: falta de tempo e cansaço, devido ao trabalho, ou ainda a falta de condições de transporte até a escola.

b. Condicionantes culturais: refere-se à visão que a população tem sobre a escola e sobre a sua participação nela;

c. Condicionantes institucionais da comunidade: estão relacionados com a presença de movimentos sociais organizados na comunidade em que está inserida a escola e suas relações com eles. (PARO, 2011, p.40).

Todas essas condições, porém, não são suficientes para mudar a estrutura da escola que pouco se modificou. Quando se fala em estrutura, vai além da esfera administrativa. Conforme Cândido (1974), a estrutura total de uma escola é, todavia algo mais amplo, compreendendo não apenas as relações ordenadas conscientemente, mas, ainda, todas as que

derivam da sua existência enquanto grupo social.

A escola como grupo social, abriga uma diversidade de indivíduos, pensamentos, atitudes, etc que resultam nas mais variadas relações interpessoais. Neste sentido, é necessário coerência entre as atividades-meio (administração burocrática) e atividades-fim (relação direta entre educador e educando) para que a administração efetivamente se realize.

A democracia participativa e popular surgiu para aperfeiçoar a convivência humana, a fim de que as pessoas consigam reconhecer e lidar com as diferenças. Para Bordenave (1994), a democracia é um estado de participação. Para ele, a democracia participativa realmente se efetiva quando os cidadãos sentem-se fazendo parte de alguma coisa. Neste sentido, nas palavras de Freire (1995) é preciso,

[...] e até urgente que a escola vá se tornando um espaço acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade. O gosto da pergunta, da crítica, do debate. (FREIRE,1995,p.91).

Apesar de a participação ser uma necessidade básica, o homem não nasce sabendo participar. A participação é uma habilidade que se aprende e se aperfeiçoa. (BORDENAVE, 1994, p. 46). Assim, é preciso que na escola todos estejam preparados para educar na e para a diversidade. A desigualdade social e a discriminação estão presentes no dia a dia escolar. Nesse espaço de interação social é possível observar e interagir para que a participação igualitária de fato aconteça. Para isso, não só é preciso respeitar as diferenças como criar espaços em que a diversidade possa ser discutida e vivenciada.

Nesta mesma perspectiva, conforme Lopes (2009) é indispensável que família e escola sejam parceiras, com os papéis bem definidos, onde não se pratica a exigência e sim a proposta, o acordo. A família pode sugerir encontros para a escola, não ficando presos somente às reuniões formais, pois além de ser um bom momento para consolidar a confiança, podem discutir juntos acerca dos seus papéis. A escola pode estimular a participação dos pais, procurando conhecer o que pensam e fazem e obtendo informações sobre a criança.

Destaca-se ainda, a importância da construção de um projeto pedagógico pela comunidade escolar. É indispensável a participação de todos na elaboração dos projetos e currículos. Deles depende o sucesso de cada aluno que passa pelo banco escolar.

2.2 FORMAS DE PARTICIPAÇÃO PARA UMA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática é um novo modo de administrar determinada realidade, de forma participativa, com o envolvimento de todos os segmentos. Neste, o papel do gestor escolar não se resume apenas à administração do estabelecimento de ensino, mas a de ser um agente responsável pela promoção de mudanças. Segundo Oliveira (2013) é preciso incorporar esse gestor à modernização. As mudanças acontecem numa velocidade ímpar; tanto na área tecnológica quanto social. A interação dos alunos com o mundo externo provocam transformações e a escola precisa acompanhar esse processo, do contrário, ficará inerte diante do novo.

Como aponta Oliveira, o gestor deve gerenciar com responsabilidade e motivação. Tem que se preocupar com a formação de sua equipe e interagir com a comunidade escolar. Através do diálogo constante e da busca por novos conhecimentos e da garantia dos direitos humanos. O Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar e Círculo de Pais e Mestres da escola, são alguns dos mecanismos que a escola pode utilizar para promover e garantir a participação de alunos, pais e comunidade em geral nas atividades e tomadas de decisões pertinentes ao funcionamento da escola. Cabe ao gestor garantir uma gestão democrática através do diálogo constante e da participação dos segmentos. Também, não é suficiente apenas matricular a criança na escola. A escola e a família precisam garantir a sua permanência, e essa tem que ser com qualidade. Como é apontado em um documento elaborado por professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, citado em um artigo de Gandin (S/d),

A questão da “qualidade em educação” é fundamentalmente política, vinculada a decisões e a conflitos sobre quais grupos obtêm quais recursos e em que quantidade... A noção [política] de “qualidade” aponta para a valorização financeira e social do magistério, para a distribuição prioritárias de recursos para a educação dos grupos excluídos e marginalizados, para a adoção de políticas econômicas e sociais que ataquem na raiz as causas dos desempenhos educacionais inferiores desses grupos. (Faculdade de Educação da UFRGS, 1996, apud GANDIN (S/d, p. 2).

Para que a gestão democrática de fato se concretize no âmbito escolar, é necessário que o gestor assuma a posição de líder capaz de delegar funções/papéis para fortalecer o coletivo e garantir um ensino de qualidade para todos. Neste sentido, a Lei de Diretrizes e Bases dispõe que:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político-pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes. (BRASIL, LDB 9394/96).

Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases, ao encaminhar para os sistemas de ensino as normas para a gestão democrática, indica dois instrumentos fundamentais: 1) a elaboração do Projeto Pedagógico da escola, contando com a participação dos profissionais da educação; 2) a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes.

Para aumentar a participação de todos, foram criadas medidas como: as relacionadas aos mecanismos de participação coletiva (conselhos, CPMs, grêmios estudantis, conselhos de classe participativo...); as relativas à escolha democrática dos dirigentes (eleições) e as que dizem respeito as iniciativas que estimulem e facilitem o envolvimento dos pais, professores e alunos nas atividades escolares como a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico. Mas, mecanismos coletivos de participação como conselhos, CPMs e grêmios estudantis são, muitas vezes, meramente ilustrativos, sem muita representação. O Conselho Escolar que inicialmente assustou algumas direções de escolas continua sendo muito importante, embora, por vezes, não desempenhe os papéis outrora idealizados para ele.

2.1.1. Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão de representação da comunidade educativa, trata-se de uma instância colegiada, que deve contar com a participação de representantes dos diferentes segmentos das comunidades escolar e local, podendo constituir um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. A sua configuração varia entre os municípios, entre os estados e entre as instituições educativas. A quantidade de representantes, na maioria das vezes, depende do tamanho da instituição e do número de estudantes que ela possui.

Negrini (2003) diz que é possível estabelecer uma relação intrínseca entre o Conselho de Escola e o nível de compreensão social e política de seus membros, refletindo a consciência sociopolítica \ também da comunidade escolar. Quando consciente de sua função, compreende as responsabilidades legais que envolvem seu funcionamento e, a partir dessa

compreensão, oferece as condições adequadas para o desenvolvimento de discussões e tomadas de decisões coletivas. Assim, a Lei 10.576/1995 (atualizada até a Lei 13.990, de 15 de maio de 2012), estabelece em seus artigos

Art. 40 – Os estabelecimentos de ensino estadual contarão com Conselhos Escolares constituídos pela direção da escola e representantes eleitos dos segmentos da comunidade escolar. (Redação dada pela Lei nº 11.695/01);

Art. 41. Os Conselhos Escolares, resguardados os princípios constitucionais, as normas legais e as diretrizes da Secretaria da Educação, terão funções consultiva, deliberativa, executora e fiscalizadora nas questões pedagógico-administrativo-financeiras. (Redação dada pela Lei nº 13.990/12)

Em relação às ações para que se efetive a participação da comunidade na escola, cabe destacar, ainda, algumas das atribuições do Conselho Escolar, conforme Art. 42,

II – criar e garantir mecanismos de participação efetiva e democrática da comunidade escolar na definição do Plano Integrado da Escola; [...]

VII – coordenar, em conjunto com a direção da escola, o processo de discussão, elaboração ou alteração do regimento escolar;

VIII – convocar assembleias-gerais dos segmentos da comunidade escolar; [...]

XI – analisar os resultados da avaliação interna e externa da escola, propondo alternativas para melhoria de seu desempenho;

XII – analisar e apreciar as questões de interesse da escola a ele encaminhadas;

XIII – apoiar a criação e o fortalecimento de entidades representativas dos segmentos da comunidade escolar. (Incluído pela Lei nº 11.695/01)

A participação da comunidade escolar neste órgão colegiado é de vital importância para a garantia de uma gestão democrática e participativa.

2.1.2 Círculo de Pais e Mestres

A Lei Nº 5.227, de 4 de julho de 1966, institui a obrigatoriedade de funcionamento de Círculo de Pais e Mestres nos estabelecimentos de ensino público do Estado e dá outras providências.

Art. 1º – Todos os estabelecimentos de ensino público do Estado deverão estimular a criação e manutenção em regular funcionamento de um Círculo de Pais e Mestres.

Art. 2º – O Círculo de Pais e Mestres será instituição auxiliar da escola, constituída de professores, pais e alunos e de pessoas capazes

de cooperar na tarefa educativa do estabelecimento de ensino. Lei Nº 5.227/1966.

O Círculo de pais e mestres é mais um modo de efetivar a participação da comunidade escolar, tomando parte nas decisões da escola e mobilizando as famílias.

Colaborando para uma participação efetiva, algumas finalidades do Círculo de Pais e Mestres conforme Art. 3º,

– Os Círculos de Pais e Mestres terão, além de outras, as seguintes finalidades: a) interessar os membros da comunidade social nas atividades da escola; b) promover a aproximação entre pais e professores; c) solucionar, dentro da perfeita harmonia que deve caracterizar o trinômio pais-mestres-alunos, problemas de frequência, higiene, disciplina, e, mais os que se referem a horários e períodos de aula, estudo em casa, tarefas, uniformes, livros, transportes e outros; f) promover palestras, reuniões mensais e inquéritos; l) servir de mediador nos possíveis desentendimentos entre a escola e a comunidade, entre alunos e mestres, entre alunos entre pais e alunos e entre os próprios pais. (Lei 5.227/1966)

2.1.3 Grêmios Estudantis

A Lei Nº 7.398, de 04 de novembro de 1985 dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências:

Art. 1º – Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

§ 2º – A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino convocada para este fim. (BRASIL. Lei nº. 7.398/1985).

Neste sentido, a criação de grêmios estudantis é fundamental para garantir a participação e autonomia dos alunos.

Também, o projeto político-pedagógico ocupa um papel central na construção de processos de participação e, portanto, na implementação de uma gestão democrática. Envolver os diversos segmentos na elaboração e no acompanhamento do projeto pedagógico constitui um grande desafio para a construção da gestão democrática e participativa. Sobre

este importante instrumento de participação trato no subtítulo a seguir.

2.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: DIMENSÕES POLÍTICA E TÉCNICA

De acordo com Veiga (1995), o termo projeto tem origem no latim *projectiu*, que, por sua vez, é participio passado do verbo *projicere*, que significa “lançar para diante”, plano, intento, desígnio.

O Projeto Político Pedagógico deve ser a referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola. Por esse motivo, todos os segmentos e a comunidade escolar devem participar da sua elaboração. Ele retrata a realidade da escola, mas também aponta o que se pretende alcançar ou mudar. Essa atividade requer método, organização e sistematização. Para que um projeto assim provoque mudanças na formação educativa e cultural de qualidade, exige muito trabalho; não basta apenas ter boa vontade ou ser voluntário.

O projeto pedagógico, ao se constituir em processo participativo de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando pessoal e racionalizado a burocracia e permitindo relações horizontais no interior da escola. (VEIGA, 2004, p.38).

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e vida ao chamado Projeto Político Pedagógico – o PPP. As próprias palavras que formam o nome do documento dizem muito sobre ele. Como aponta a autora,

É **projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É **político** por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. (VEIGA, 2004, p.38)

Ao reunir essas três dimensões, o Projeto Político Pedagógico ganha a força de um guia capaz de indicar a direção a seguir não apenas para gestores e professores mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas

sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. Por isso, dizem os especialistas, a sua elaboração precisa contemplar os seguintes tópicos: Missão; Clientela; Dados sobre a aprendizagem; Relação com as famílias; Recursos; Diretrizes pedagógicas; Plano de ação. O Projeto Político Pedagógico abrange além dos aspectos de funcionamento interno da escola, como o currículo, planejamento, avaliação, etc, como também os relacionamentos externos. É a rota desenhada pela comunidade escolar como um todo, tendo como objetivo orientar as práticas pedagógicas e o cotidiano escolar.

A construção do PPP acontece num quadro de profundas transformações na sociedade contemporânea, em que é preciso resgatar o sentido do trabalho escolar, bem como o papel das escolas, dos pais e dos professores na construção de uma educação de qualidade social, observando as reais necessidades dos atuais usuários da escola pública.

Esse processo de construção do Projeto Político Pedagógico de uma escola amplia a visão de tempo em duas dimensões: tempo cronológico e tempo pedagógico. O tempo cronológico é a representação da realidade. É marcado pelo relógio, pelas horas, minutos e segundos. O tempo pedagógico representa a experiência vivida. Corresponde ao tempo predominante na sala de aula. Conforme Veiga, “onde o processo ensino-aprendizagem ocorre de forma contínua, onde há tomadas de decisões pedagógicas, onde há construção do conhecimento, onde ocorre diálogo, solidariedade.” (VEIGA,2004, P.165)

Ainda Veiga (2004) salienta que na prática pedagógica do professor, quando ele planeja sua aula, ele prende sua atenção no tempo cronológico, pois vai refletir sobre a aula anterior e preparar sua próxima aula. Quando ele está em sala de aula, na relação professor-aluno, está mergulhado no tempo pedagógico.

De acordo, ainda, com Veiga (2004), existem vários caminhos para construção do PPP, uma vez que ele retrata o entendimento e o percurso possível trilhado em cada uma das escolas. Todavia, é possível apontar três movimentos básicos desse processo de construção do PPP denominados pela autora de: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.

O objetivo do Ato Situacional é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos e contradições, fazer seu diagnóstico e definir onde é prioritário agir. No Ato Conceitual, a escola discute a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, visando a um esforço analítico da realidade constatada no Ato Situacional, e vai definindo como as prioridades devem ser trabalhadas. O como realizar as tarefas configura o Ato Operacional, o que se refere às atividades a serem

assumidas e realizadas para mudar a realidade das escolas. Implica a tomada de decisão para atingir os objetivos e as metas definidas coletivamente.

Os movimentos de acompanhamento e avaliação devem seguir todos os atos, de forma a possibilitar a implementação de decisões coletivas, bem como introduzir novas questões e propostas de ações. A avaliação é também responsabilidade coletiva e parte integrante do processo de construção do PPP. Como se observa, ao mesmo tempo em que propõe passos do processo, movimentos a serem construídos, as formulações propostas indicam que é necessário criar as condições para a construção da autonomia da escola, por meio da definição do desenho do seu projeto e da delimitação do grau de flexibilidade a ser dado a ele, segundo a autora antes mencionada.

Também, Gandin (S/d) em um artigo, afirma que a construção do Projeto Político Pedagógico implica numa rigorosa metodologia de trabalho e que o planejamento participativo é a ferramenta mais eficaz na construção de ideais coletivos dentro das escolas. Esse planejamento participativo propõe três momentos diferentes, porém integrados: a indicação de um horizonte ou referencial, a construção de um diagnóstico e a programação de ações concretas.

O autor fala ainda que não devemos descuidar da elaboração de uma visão clara do mundo, nem da construção do conhecimento. Ambos devem estar ligados intimamente para a construção de um Projeto Político Pedagógico que apresente uma qualidade política e técnica. Qualidade política no sentido de saber “para onde” e “para que” e qualidade técnica é o “como fazer”.

Hoje em dia fala-se muito em gerenciar. A mídia lança linguagens modernas, eficientes e técnicas para solucionar os problemas das instituições. Deixam de lado a construção do Projeto Político Pedagógico, pois o consideram ultrapassado. Assim deixam de lado a criticidade em troca de uma provável eficiência técnica.

É impossível construir um Projeto Político Pedagógico sem ter uma direção, um sentido declarado. Necessita-se firmar um compromisso coletivo. Trata-se do presente e futuro da escola. A educação e a escola, ambas com função social e sendo espaço para mediações sociais, são definidas por um caráter intencional e político. Pode reforçar e manter formas de dominação e exclusão, ou construir um novo projeto social que alcance a maioria da população.

É preciso organizar o Projeto Político Pedagógico de acordo com os anseios da

comunidade escolar, promovendo a participação em todos os momentos, desde a elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação. O compromisso de um projeto dessa magnitude, com os interesses da comunidade escolar, materializa o seu caráter político e pedagógico, uma vez que essas duas dimensões são inseparáveis, como destaca Saviani (1989) ao afirmar que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica”. (SAVIANI, 1989 p,13)

Assim, a formação de um sujeito social crítico, solidário, comprometido, criativo e participativo, depende da ação pedagógica da escola. Conteúdos engessados sem pensar nas necessidades e realidade do aluno não favorecem essa formação tão idealizada por aqueles que amam a educação.

Com base nos pressupostos apresentados, o capítulo a seguir vai tratar do conceito de Pesquisa Ação que orientou este estudo e em seguida das análises feitas com base neste referencial teórico.

3 BASE METODOLÓGICA: A Pesquisa-ação

No contexto brasileiro, Gatti (2000) afirma que a propagação da pesquisa-ação aconteceu na década de 1980, centrando o olhar do pesquisador “de dentro” da escola e da sala de aula, tendo avançado nos anos 2000. Coelho (1992) diz que a pesquisa ação é uma das propostas alternativas de investigação na área da educação que

[...] vêm na tentativa de trabalhar as questões da prática escolar, do cotidiano da sala de aula e da escola, numa perspectiva mais ampliada, no sentido de termos um maior aprofundamento desses tópicos, de forma a possibilitar transformações na realidade; intervenção naquilo que está sendo estudado. (COELHO, 1992, p.22- Apud Molina,2007).

Fazer pesquisa-ação significa planejar, observar, agir e refletir de maneira mais consciente, mais sistemática e mais rigorosa o que fazemos na nossa experiência diária, como diria Kemmis (1988). Em geral, duas ideias definem um bom trabalho de pesquisa: Primeiro que se possa reivindicar que a metodologia utilizada esta adequada à situação e, segundo, que se possa garantir de certa forma um acréscimo no conhecimento que existe sobre o assunto tratado.

A responsabilidade de toda e quaisquer pesquisas, é gerar conhecimentos. A pesquisa e

o conhecimento revelam o fato de a realidade ser em si mesma problemática, e a pesquisa de ser uma realidade para refletir. O pesquisador, apesar de ter uma direção, muitas vezes percorre vários caminhos até chegar ao seu objetivo, embora isso não seja o fim, mas o começo de mais e mais reflexões sobre a realidade.

Para David Tripp (2005), devido ao aumento de popularidade e de aplicação, a pesquisa-ação se tornou um termo vago aplicado a qualquer tentativa de melhora ou de investigação da prática. Para ele, deve ser encarada como uma das diferentes formas de investigação-ação, a qual ele define como toda a tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática. O autor salienta que é pouco provável que algum dia venhamos a saber, quando ou onde teve origem esse método, simplesmente porque as pessoas sempre investigaram a própria prática com a finalidade de melhorá-la.

A pesquisa-ação educacional é principalmente uma estratégia para o desenvolvimento de professores e pesquisadores de modo que eles possam utilizar suas pesquisas para aprimorar seu ensino e, em decorrência, o aprendizado de seus alunos. É um tipo de pesquisa interpretativa que faz parte de um processo metodológico empírico. Compreende a identificação do problema dentro de um contexto social e/ou institucional, o levantamento de dados relativos ao problema, à análise e significação dos dados levantados pelos participantes, a identificação da necessidade de mudança, o levantamento de possíveis soluções e por fim, a intervenção e/ou ação propriamente dita no sentido de aliar pesquisa e ação, simultaneamente. (David Tripp, 2005,p.445). O autor prefere uma definição mais estrita: “pesquisa-ação é uma forma de investigação-ação que utiliza técnicas de pesquisa consagradas para informar a ação que se decide tomar para melhorar a prática”.

Para Pimenta (2002,2005), a pesquisa-ação é a modalidade de pesquisa que possibilita “a constatação de que os professores que vivenciam processos de pesquisa-ação têm a possibilidade de refletir sobre suas próprias práticas, sua condição de trabalho, bem como os limites e possibilidades do seu trabalho.” (PIMENTA, 2005, p.527).

Thiollent (1994) vê a pesquisa-ação como o tipo de pesquisa em que os participantes envolvidos formam um grupo que compartilham objetivos e metas comuns, que se interessam por um problema que emerge no contexto em que desempenham seu trabalho.

Outro expoente da pesquisa-ação, Kincheloe (1997) aponta algumas características da pesquisa-ação, destacando a possibilidade de: construir uma consciência profissional; abrir espaços para a produção crítica do conhecimento; conduzir à organização das informações;

relacionar valores e compromissos e possibilitar alterações nas ações cotidianas dos professores em sala de aula. A pesquisa ação neste sentido, por sua natureza qualitativa, proporciona ao pesquisador inserido na realidade pesquisada, a autorreflexão de sua prática e um conhecimento mais amplo das relações, dos mecanismos e instrumentos de gestão que a escola pública vive.

Neste estudo para se discutir a importância da participação de todos para a gestão democrática e o direito à educação foram sujeitos a comunidade escolar, incluindo professores, pais, alunos e gestores. Os instrumentos utilizados foram um questionário enviado aos pais e alunos, uma palestra com Joe Garcia¹ sobre “Muitas maneiras de ensinar. Várias maneiras de aprender” e palestra também com dois autores de livros didáticos. A elaboração do projeto de leitura e do projeto da paz, a criação de uma página na rede social e a participação de um grupo de alunos num game educacional. Essas ações serão analisadas no capítulo seguinte.

4 AÇÕES ANALISADAS: UMA REFLEXÃO NECESSÁRIA

As ações aqui analisadas foram realizadas no período de abril a outubro de 2015, momento em que a escola está sob a direção das duas vice-diretoras, num processo de reconstrução das práticas até então limitadoras para uma gestão democrática. Cabe lembrar que a escola tem um histórico de práticas conservadoras, da falta de participação efetiva da comunidade escolar. Realidade esta que se luta para realizar as mudanças necessárias. É um processo lento e gradativo, porém necessário. Pais e alunos através dos questionários manifestaram seus anseios por mudanças. É preciso oportunizar a participação efetiva deles no espaço escolar; os professores ao participarem de palestras, demonstraram o quanto estão arraigados nos conteúdos, faz-se necessário investir na formação desses profissionais. Quanto à participação dos alunos ficou claro o despreparo dos mesmos. Cabe discutir o currículo engessado e priorizar a formação total dos indivíduos. Os projetos que foram criados estão em andamento e precisam ser aprimorados cada vez mais para que mais adiante, toda a escola esteja engajada.

¹ Doutor e Mestre em Educação-Universidade do Paraná

4.1 QUESTIONÁRIO

O objetivo do questionário era conhecer as opiniões de pais e alunos quanto a realidade da escola e o que deveria ser melhorado e também fazê-los refletir sobre sua atuação na escola. No dia 10 de abril do ano de 2015 entreguei para os alunos um questionário com as seguintes questões:

1. Que escola queremos?
2. O que tenho feito para melhorar minha escola?
3. Como o tema violência é tratado na sua casa?

Para estas questões não houve o retorno esperado. Durante dias passei nas salas solicitando a devolução dos questionários. No dia 15 de maio de 2015 enviei um novo questionário. Dessa vez com perguntas para os pais com as seguintes questões:

- Que escola você quer para o seu (sua) filho (a)?
- De que forma tens participado da vida escolar dele (a)?
- O que poderia ser feito para diminuir a violência na escola?
- Você conversa com seu (sua) filho (a) sobre esse tema?

Também foram feitas perguntas para os alunos do 7º, 8º e 9º anos por serem os alunos com mais idade:

1. Que escola você quer?
2. O que precisa melhorar?
3. O que tens feito para que a escola fique melhor do que está?

Novamente foi mínima a participação. Foram enviados 60 questionários e tive o retorno de apenas 19 questionários. Em todos eles os alunos pediram a construção de uma quadra de esportes, em 12, pediram respeito entre professores e alunos, em 4, um refeitório. Nota-se nestas respostas que os alunos valorizam as relações na escola, anseiam por mudanças, reconhecem a importância do respeito mútuo. Necessitam de espaço para serem ouvidos e então se sentirem parte integrante da escola e do processo educativo.

Na parte que correspondia aos pais, a maioria pediu uma escola melhor onde exista respeito e mais da metade disseram que não estão fazendo nada para ajudar a melhorar a escola. Outra parte respondeu que olha os cadernos e ensina o que é certo e errado. Neste ponto, percebi o enorme distanciamento entre os pais e a escola. Embora reconheçam a importância de participar, não o fazem, até porque não há espaço para que isso de fato aconteça. Pais e alunos reivindicam respeito.

Ficou explícito também o desejo que os alunos têm de ver a quadra reformada. Eles carecem de espaços para práticas esportivas porque na comunidade não há. Como afirma Ferreira (2000), muitas vezes, a escola constitui o único espaço de vivência cultural a que a comunidade local tem acesso. É nela que está a única quadra de esportes do bairro, ou o auditório, ou a biblioteca, etc. Estes espaços, quando são usados pela população local, promovem integração da escola com a comunidade. Todos se sentem mais responsabilizados por ela e procuram participar mais das suas decisões. Neste sentido, é urgente a necessidade de acolher as famílias na escola, de criar espaços de participação e de firmar parcerias na comunidade e comércio local para fazermos a tão sonhada reforma da quadra de esportes e outras reformas que se fazem necessárias na escola.

4.2 PALESTRAS

Para que mais professores pudessem participar das palestras nos dias 19/05 e 26/06 deste ano de 2015, fora do espaço escolar, eles foram liberados no horário de aula, depois recuperaram em sábados. O objetivo era permitir ao professor ouvir uma fala diferente do cotidiano escolar. Foi falado sobre as diferentes maneiras que as crianças têm de aprender. Discutiu-se o perigo de um currículo engessado que não permite olhar para o aluno como um ser único e diferente. Foi possível perceber uma indignação de alguns professores, pois, ao falar em conhecer o aluno, vem a ideia de fazer visitas nos lares, de assumir uma responsabilidade que é dos pais e do Estado, na opinião desses professores.

Os professores do turno da tarde participaram de duas oficinas oferecidas por algumas editoras. Embora tenham sido compactas, permitiram novas ideias, novos olhares para alguns, para outros que comentaram “isso porque ele não está na sala de aula”; “é fácil falar, vá ele

dar aula”, nem tanto.

A participação dos professores na palestra com o professor ¹Joe Garcia foi reflexiva, porém não efetiva, pois as professoras entenderam como utópicas as ideias do palestrante. O tema abordado foi “Muitas maneiras de ensinar. Várias maneiras de aprender.” O palestrante chamou a atenção para as diferenças dos alunos, no sentido de que cada um aprende de um modo e no seu tempo. Ressaltou a importância de conhecer os alunos e a realidade em que estão inseridos. A respeito da recuperação e revisão de conteúdos, esclareceu que não há sentido apenas repetir o que o aluno não aprendeu, pois ele vai continuar não sabendo, a menos que o professor apresente novamente o conteúdo de uma maneira “surpreendente”.

Nem todos os professores concordaram com a fala do palestrante. É visível, ainda, as condições de alguns, para mudarem seus pensamentos e desta maneira seguem trabalhando de forma monótona e com um currículo defasado. Nestes casos, para os alunos resta aprender o que não é interessante para eles.

Quanto a segunda palestra com Ana Trinconi Borgatto² e Luiz Roberto Dante³, ambos autores de livros didáticos, os assuntos eram mais práticos, relativos a atividades que poderiam ser desenvolvidas com os alunos. Foi visível que gostaram bem mais do que a primeira palestra devido à importância que designam aos conteúdos programáticos. Neste caso, procurar conhecer o aluno e sua realidade não faz parte do currículo. Percebi, então, mais uma vez a preocupação e relevância com conteúdos a serem desenvolvidos. A importância de ter um modelo pronto, em contrapartida com a importância de conhecer o aluno.

Para o próximo ano, ao criar o Projeto Político Pedagógico, pois na verdade ele ainda não se constituiu de forma democrática, é prioridade discutir o currículo e repensar a maneira de ensinar e aprender, pois os alunos mostraram claramente suas demandas e anseios por outro tipo de escola. Destaca-se que aqueles que possuem certa facilidade para aprender até conseguem continuar os estudos conquistando uma profissão, outros, menos afortunados ficam repetindo de série até abandonar os estudos. Uns ficam no mercado informal de trabalho, enquanto outros caem na marginalidade. Para Freinet (1998),

²Graduada em Pedagogia e Pós-graduada em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa – USP

³Livre-docente em Educação Matemática pela Unesp; Doutor em Psicologia da educação pela PUC-SP

[...] A criança brinca e joga, e mais que o adulto, porque tem em si um potencial de vida que a faz procurar maior amplitude de reações: ela grita naturalmente em vez de falar, corre sem parar em vez de andar, depois adormece profundamente, com a colherada de sopa na boca, e nada despertará até a manhã seguinte. A atividade que lhe é permitida ou tolerada pelos adultos e pelos elementos não basta para gastar todo esse potencial de vida, ela precisa de um derivativo que não pode imaginar totalmente, que se contenta em copiar da atividade dos adultos, adaptando-o à sua capacidade. (FREINET, 1998, p.179-180)

4.3 PROJETOS

Entre as ações, também, criei o projeto “Todos abraçados pela leitura” no mês de julho com o objetivo de integrar os alunos através da leitura, música e arte. A sala de jogos e leitura foi idealizada por uma professora que já não trabalha mais na escola, mas quase não era utilizada, mesmo fazendo parte da grade de horários. Hoje, uma vez por semana cada turma participa de atividades variadas durante 30/40 minutos, dependendo das outras atividades que preciso desempenhar como vice-diretora. Foi agregado à sala de jogos e leitura, também a disciplina de arte, inclusive foi feita a instalação de uma pia para facilitar o manuseio de tintas, argila, etc.

Antes do projeto, foram inúmeras as tentativas e exaustivas as solicitações feitas às professoras para que utilizassem a sala de jogos e leitura. Não obtendo sucesso, decidi colocar este projeto em ação. Não tem sido fácil desempenhar minha função como vice-diretora, mas tem sido sem dúvida, prazeroso ver o sorriso no rosto das crianças quando as levo para esse espaço diferente da sala de aula. Um lugar onde podem sentar nas almofadas ou simplesmente ficar em pé, sem a rigidez comum às salas de aula. Saem da rotina. Uma vez por semana levo os alunos do 1º ao 4º ano para esta sala e conto uma história. Conforme o tempo, ainda fazemos alguma atividade, que pode ser pintura, música, dobradura, etc. Eles estão amando!

Também, dei início, em parceria com a orientadora da escola e com o apoio de alguns professores, um projeto que tem como objetivo atenuar situações de violência e agressividade na escola e na comunidade escolar. O projeto “Escola da paz: Querendo a gente faz, continuará no próximo ano, fazendo parte do currículo. Formamos grupos de debates por turma. Começamos trabalhando apenas com a disciplina de Ensino Religioso, mas pretendemos envolver as demais disciplinas. A princípio, concentramos as atividades em apenas um dia da semana, mas se tornou inviável devido as nossas demais atividades na escola. Optou-se por trabalhar cada dia com uma turma. Aos poucos estamos conseguindo envolver os professores.

Além dessas ações, no ano de 2014 criei uma página em uma rede social. Nela postava fotos de atividades realizadas na escola. Porém nesse ano de 2015, passei a interagir mais com os pais e alunos através desta página específica da escola e também, através do meu perfil particular. Hoje consigo mandar recados importantes assim como motivá-los a participar de atividades relacionadas com os alunos e a escola.

Outra atividade para acolher e prestigiar os alunos foi montar um mural com fotos de alguns ex-alunos, mobilizados através da rede social, que hoje estão cursando faculdade e a repercussão foi muito grande. Tanto alunos quanto os professores reconheceram esta iniciativa inovadora na escola. Assim, espero aos poucos contagiá-los com minhas ações. Ao retomar a página da escola, passei a usá-la como ferramenta de comunicação entre a escola e a comunidade escolar. Além de compartilhar boas ideias, é possível fazer anúncios importantes. É a tecnologia a favor da educação. Pretendo ampliar esses canais tecnológicos através da utilização de e-mails e mensagens instantâneas.

4.4 GAME

Fiz a inscrição de um grupo de alunos do 8º ano num jogo de game destinado a estudantes de escolas públicas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O game foi promovido por uma conhecida emissora de TV. A participação dos alunos foi tímida. Faltou tempo para as articulações a respeito dos desafios lançados semanalmente. O jogo está no final e percebi o quanto a falta de participação e atuação dos alunos dentro da escola prejudicando sua atuação em outros campos.

Na verdade, fiz o caminho inverso, pois queria que voassem alto quando eles desconheciam que tinham asas para voar. Eles não estavam preparados para os desafios. Observei que os conteúdos trabalhados em sala de aula pouco estavam contribuindo para uma formação eficaz, os alunos apresentaram muita dificuldade no momento de interpretar as tarefas propostas. Muitas vezes são conteúdos soltos, trabalhados de forma isolada, sem integração entre professores ou demais disciplinas. Conteúdos que não condizem com a realidade dos alunos da escola. Para outro evento como esse, devemos nos organizar melhor para que a participação deles seja efetiva. Como saldo positivo, ficou a ideia de criarmos um aplicativo para celular onde os alunos possam trocar e ampliar conhecimentos.

Neste sentido, as ações, enquanto Projeto de Intervenção, tiveram alguns avanços. Porém, futuramente é indispensável o envolvimento de todos e o melhor planejamento das

atividades. Embora ainda haja resistência por parte de alguns, a semente foi plantada e acredito que logo veremos os frutos.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste Trabalho de Conclusão de Curso, tratou-se da realidade de uma escola pública estadual de Porto Alegre, na qual trabalho há mais de vinte e um anos. Uma escola com histórico de práticas conservadoras que até então não privilegiava a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões da escola. O objetivo de aumentar a participação de todos os segmentos na construção do Projeto Político Pedagógico e nas demais demandas necessárias para a realização de uma gestão democrática e uma educação de qualidade está sendo trabalhado, neste sentido. Entretanto, é preciso que, cada vez mais, este objetivo seja fortalecido, pois somente através de uma gestão democrática e dos mecanismos previstos na Lei de Diretrizes e Bases é possível avançar rumo a uma escola melhor para todos.

Ao chegar ao final deste trabalho trago algumas reflexões para que essas questões continuem sendo foco de discussões e ações no interior da escola. Considero que a DIREÇÃO COLEGIDA diminui o peso que cai sobre um gestor apesar da falta de professores para dar aula e participar na coordenação. Sobre a ESTRUTURA DIDÁTICA, não ousou afirmar que acabar com a reprovação seria uma solução, mas acredito que são necessárias mudanças sim. Na escola em que trabalho, observo a grande dificuldade que os alunos do 5º ano enfrentam quando passam para o 6º ano. Acostumados com apenas um professor, se deparam com vários professores que infelizmente não conseguem perceber e lidar com essa mudança/angústia.

Também, o CURRÍCULO precisa de uma reformulação urgente. Diante dos avanços tecnológicos, desestruturação da família, etc, fica difícil conquistar a atenção dos alunos que cada vez mais cedo estão tendo acesso a tablets, celulares, computadores. Ouve-se muito falar sobre formar o cidadão, mas na prática muitos professores estão preocupados em transmitir conteúdos.

Cada vez mais o trabalho do PROFESSOR exige inúmeras competências. É uma tarefa árdua o ensinar. Mas está difícil da mesma maneira encontrar professores que amam o que fazem. De um lado a desmotivação, do outro um governo que não valoriza o profissional e no meio deste conflito encontra-se o gestor, tentando com os poucos recursos da escola,

proporcionar uma palestra, uma atividade extraclasse, almejando melhorar a formação do professor e diminuir a precariedade do seu trabalho.

Em relação aos ALUNOS, cabe destacar: enquanto o aluno não for visto como um ser único será difícil dar-lhe autonomia. Se os pais não assumirem junto com a escola a tarefa de educar muitos alunos irão se perder pelo caminho como tem acontecido ultimamente. Estamos perdendo nossas crianças para as drogas e para o crime. Neste sentido é importante a **INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE**. A participação da família é indispensável para o sucesso escolar do aluno, mas quando falamos em comunidade, falamos de todos que estão no entorno da escola. Cabe ao gestor buscar essas parcerias.

Estou trabalhando neste sentido, por mudanças e melhorias na escola. Os projetos “Todos abraçados pela leitura” e “Escola da Paz: Querendo a gente faz, farão parte do currículo escolar e serão cada vez mais fortalecidos. A participação dos professores em palestras foi apenas o fio condutor que conduzirá ao aumento das capacitações para os professores, buscando parcerias e apoio da mantenedora.

É certo que a falta de comprometimento de alguns se torna obstáculo para o desenvolvimento efetivo de ações simples, como por exemplo, realizar reuniões periódicas. Talvez uma postura mais firme da gestão fosse necessária. Compreendi que sozinha não vou conseguir modificar as estruturas ultrapassadas.

As atividades desenvolvidas, apesar de pouco favorecer o envolvimento de toda a comunidade escolar, valeu como iniciativas que podem levar outros a verem que é possível uma escola participativa e democrática.

Já é possível observar pequenas mudanças, seja numa fala, numa atitude. As sementes foram lançadas! E, futuramente, este Trabalho de Conclusão de Curso voltará para a escola como ferramenta de estudo e reflexão. Como lembra Freire “Tudo o que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola e dentro da escola, [...] de tomarem um pouco o destino da escola na mão [...] é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente”.

REFERÊNCIAS

- BORDENAVE, J.E.D. **O que é participação?** 8ª ED.; São Paulo: Brasiliense; 1994.
- BRASIL. Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995.
- BRASIL. Lei 11.695, de 08 de janeiro de 2001.
- BRASIL. Lei 13.990, de 15 de maio de 2012.
- BRASIL. Lei 7.398, de 04 de novembro de 1985.
- CÂNDIDO, Antônio. Estrutura Da Escola e Prática Educacional Democrática. Disponível em: <http://30reuniao.anped.org.br/trabalhos/GT05-2780--Int.pdf>- Acesso em 18 dez 2015.
- COELHO, 1992- Apud Ronaldo Molina, São Paulo,2007, p.12.
- CURY, Carlos Roberto Jamil- RBPAAE-v.23, n.3,p.483-495, set./dez.2007
- FERRARO, Alceu Ravanello. Direito à Educação no Brasil e dívida educacional: e se o povo cobrasse? Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v34n2/05.pdf>- Acesso em 31 out 2015.
- FERREIRA, Naura. Gestão democrática da educação para uma formação humana: conceitos e possibilidades. Em Aberto. Gestão escolar e formação de gestores. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, Brasília, v. 17, n. 72, jun. 2000.
- FREINET, Célestin. A educação do trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- FREIRE, Paulo. Professora sim, tia não. São Paulo: Olho d'Água, 1995. E Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares- Caderno 1. Brasília, nov.2004.
- GADOTTI, Moacir. 1998. As quatro dimensões do PPP. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/as-quatro-dimensoes-que-norteiam-o-ppp-projeto-politico-pedagogico-dimensao-administrativa-pedagogica-politica-financeira-e-juridica/111528/>- Acesso em 18 dez 2015.
- GANDIN, Luis Armando. **Projeto Político-Pedagógico**: construção coletiva do rumo da escola- Disponível em: <http://ufrgs.academia.edu/LuisGandin>- acesso em 26 out 2015
- GATTI, Bernadete Angelina, Implicações e Perspectivas da Pesquisa Educacional no Brasil Contemporâneo-Caderno de Pesquisa, nº 113, 2001
- KEMMIS, Stephen. A pesquisa-ação participativa e o estudo da prática. In: Zeichner, Ken . *A pesquisa na formação e no trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica,2002.
- KINCHELOE, Joe. **A formação do professor como compromisso político: mapeando o pós-moderno**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

Lei Estadual nº 5227, de 04 de julho de 1966

LOPES, Patrícia. Atuação dos pais na educação. Disponível em: < <http://www.educador.br/brasilcola.com/sugestoes-pais-professores/atuacao-dos-pais-na-educacao.htm> > Acesso em: 18 dez. 2015.

NEGRINI, Sandra. **Conselhos de Escola:** comunidade escolar participativa(?). Disponível em: <http://www.pedagogobrasil.com.br/pedagogia/conselhosdeescola.htm>- Acesso em: 26 out 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira. **Gestão escolar democrática:** definições, princípios e Mecanismos de implementação. Disponível em: http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf . Acesso em: 18 out 2015.

PARO, Vitor Henrique. 2011. Escola de Gestores

PIMENTA, Selma Agarrido- **Pesquisa-ação crítico-colaborativa:** construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a13v31n3.pdf> Acesso em: 30 out 2015.

Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares- Cadernos 1 a 12.

SAVIANI, D. Repensando a relação trabalho-escola. Revista de Educação, São Paulo: APEOESP, n. 4, p. 13, 1989.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 1994.

TRIPP, David Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas SP: Papirus, 1995.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Educação básica e educação superior: projeto político-pedagógico. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004.